



Chiarelli: tentando negociar uma alternativa

Opção seria taxar título pós-fixado

Em vez de aumentar o Imposto de Renda dos assalariados através do adiamento por tempo indeterminado da correção da tabela do IR na fonte, surgiu ontem uma nova idéia alternativa, em discussão entre o líder do PFL no Senado, senador Carlos Chiarelli, e o secretário da Receita Federal, Luiz Romero Patury Accioly: antecipar a cobrança do IR sobre os títulos pós-fixados.

Ou seja, estuda-se uma alternativa para taxar mais o mercado financeiro, além das medidas anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional na reunião da última sexta-feira, em contraposição à proposta de penalizar mais os assalariados já excessivamente penalizados. Hoje, Luiz Romero Patury discutirá o assunto com o ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que, em seguida, poderá encaminhar a sugestão ao presidente depois de discutir a conveniência da sua adoção com o Banco Central.

Os títulos pós-fixados pagam Imposto de Renda posteriormente à aplicação realizada. Esta é uma característica desse ativo — que tem aliás contribuído para a sua expansão no mercado financeiro. Entretanto, como o governo precisa buscar fórmulas para alcançar uma receita tributária superior a Cr\$ 20 trilhões para contribuir com o fechamento do déficit público calculado em Cr\$ 109 trilhões, a opinião do parlamentar, considerada boa por Patury, é de que há ainda espaço para o setor financeiro oferecer sua colaboração.

A dificuldade adicional à aplicação dessa medida é que ela, para ser implementada, necessitaria de aprovação do Congresso Nacional. O senador defendeu, entretanto, a possibilidade de lançar mão do recurso do decreto-lei durante o recesso de julho do Congresso Nacional, já que o governo precisa definir o mais rápido possível os

cortes no déficit público para alcançar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e, em seguida, com o bancos credores da dívida externa.

A impossibilidade de lançar mão do recurso do decreto-lei estaria ligado apenas à promessa feita pelo presidente Sarney de não utilizar mais em seu governo esse instrumento. Entretanto, ressaltou o senador, a opção de utilizá-lo seria entre taxar mais os assalariados ou o mercado financeiro, o que mais se beneficiou durante os exatos 20 anos de governos autoritários justamente pela utilização de tais decretos. O feitiço viraria, então, contra o feitiço, disse o senador, que acha não existir maiores resistências a esta opção favorável aos assalariados.

O secretário da Receita Federal destacou que as medidas adotadas na semana passada gerarão uma receita ao tesouro nacional em torno de Cr\$ 15 trilhões. Se fosse congelada a tabela em julho e agosto essa receita subiria para Cr\$ 16,5 a Cr\$ 17 trilhões, mas o senador Carlos Chiarelli informou que a medida não está acertada ainda sequer para valer para o mesmo mês de julho — “tudo ainda está na estaca zero”, assegurou. O assessor de imprensa do Palácio do Planalto, Frota Neto, informou que nada está decidido ainda sobre o assunto. Resaltou que o governo está tentando aliviar a carga tributária sobre os que ganham até cinco salários mínimos, número que alcança 2,5 milhões de trabalhadores.

O presidente Sarney, disse, nada definiu sobre o aumento do IR dos assalariados através do adiamento da correção da tabela. As reações políticas à medida fez o Palácio do Planalto adiar a solução para o fim de semana, provavelmente à espera de alternativas como a levantada ontem por Chiarelli e apoiada por Patury.